



Anais da Assembléia

Nº 25

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 07 DE ABRIL DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 30ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 1976

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Senhores Deputados Ivo Thomazoni e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, Egon Pudell, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Del Ciel (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Hélio Manfrinato, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra, Nilso Sguarezi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 81/76, veto parcial ao Projeto de Lei nº 150/75, de autoria do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto que objetiva reformular parcialmente, a lei Orgânica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM. (Lei nº 6364, de 29/12/72). Parecer da CCJ, pela rejeição de dois vetos e manutenção dos demais.

Ofício nº 334/75

Curitiba, em 18 de dezembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 150/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 150/75, por julgar as partes vetadas contrárias aos interesses do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Objetiva o autógrafo reformular a lei orgânica do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias — ICM (Lei nº 6364, de 29 de dezembro de 1972, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do art. 6º; as ex-

pressões “e 10 letra “d”, constantes do “caput”, do art. 11 e texto do inciso 10, d, contido no mesmo art. 11; as disposições do § 3º, do art. 11; as expressões “8º, 9º e”, constantes do art. 13; as expressões “e extintos”, “e após autorização do legislativo” e “de”, constantes do item 39, do art. 16; as disposições da letra “c”, do item 39, do art. 16; as expressões “em caso idêntico”, constantes da letra “d”, do item 39, do art. 16; as expressões “em domicílio tributário, por qualquer das formas previstas no inciso 18, do artigo 56”, constantes do art. 17; e, sobre as disposições contidas no art. 20.

3. O contido no art. 6º não mereceu acolhimento, tendo em vista que as alterações pretendidas referem-se apenas a aspectos formais de redação de texto. Ademais, na nova redação ali proposta, foram suprimidas as atuais alíneas “a” e “b”, do art. 26, da Lei nº 6364/72, as quais, no contexto da legislação tributária são bem mais importantes e significativas do que uma simples correção visando melhor construção gramatical.

4. A necessidade de aposição de veto às expressões “e 10 letra d”, constantes do “caput”, do art. 11 e a correspondente redação textual contida no nº 10 letra d, do mesmo artigo, decorre de razões iguais às expendidas pela Comissão de Finanças dessa augusta Casa, quando do exame da matéria, as quais ratificadas e transcritas em pronunciamento da Secretaria das Finanças, dizem:

“1. O Art. 147, § 2º do CTN alcança apenas as declarações para “lançamento por declaração” e, no caso da lei paranaense, da chamada GUIA DE INFORMAÇÃO E APU-RAÇÃO DO ICM (GIA), enquanto que a letra “d” do item 10, § 1º do Art. 54, da Lei nº 6364/72, abrange quaisquer documentos, tais como NOTAS FISCAIS, ROMANEIOS, GUIAS INFORMATIVAS e, entre elas, a própria GIA. Inserir, portanto, a regra do do Art. 147, § 1º, 10, “d” da Lei 6364/72, além de desnecessária no que tange a GIA seria dar indesejável e inoportuna amplitude, ao texto da lei local principalmente no que se refere a outros documentos.

2. De outro lado, o § 2º do Art. 147 do CTN, como Norma Geral de Direito Tributário (Art. 18, § 1º da Constituição) que é, constitui-se preceito auto-executável, não necessitando de ser repetido na lei estadual para a sua eficácia.

A sua declaração na lei estadual é, assim, inteiramente supérflua (lançamento por declaração).

3. Por último cabe esclarecer que o CONSELHO DE CONTRIBUINTE já aplicou, em julgados relativos a GIA, o princípio da NGDT, contida no Art. 147, § 2º do CTN, (Acórdão 884/75)”.

5. As disposições do § 3º, do art. 11, não mereceram acolhimento, também em função de razões enfocadas pelas Comissões de Finanças e de Justiça dessa Casa, igualmente ratificadas e transcritas em pronunciamento da Secretaria das Finanças, segundo as quais:

“1. O teor da Emenda, oficializada a circunstância de que lei não é clara, porque admite, aprioristicamente, erros constantes e permanentes na sua interpretação.

2. Aferir se houve erro de interpretação é tarefa impossível, considerando que a interpretação tem caráter subjetivo.

3. Além disso, a Emenda contraria o princípio do Art. 136 do Código Tributário Nacional.

4. Por último, cabe ressaltar que a multa em relação à diferença de ICM, em rito sumário, já é de 50 por cento

(cinquenta e quatro, parágrafo primeiro, 1, b)."

6. No art. 13, foram vetadas as expressões "8.º, 9.º e" pelos simples fato de tratar-se de remissão equivocada, eis que, em face de emendas incorporadas ao texto do projeto, e não tendo sido ajustadas as referências, tornaram-se inexecutíveis aquelas expressões, por não mais terem pertinência com o espírito das disposições do citado artigo 13.

7. No art. 16, ítem 39, não puderam merecer acolhimento às expressões "e extintos", "e após autorização do legislativo" e "de", pois tais expressões, presentes ao texto, estariam causando inconsistência jurídica e inexecutibilidade ao preceito. Além disso, vale frisar que, nos termos da Lei Federal n.º 4.320/64, apenas o cancelamento de crédito patrimonial depende de autorização legislativa, não dependendo dessa formalidade o cancelamento de dívida financeira, conforme, aliás, prevê a mesma lei n.º 4.320/64.

8. Ainda, no artigo 16, ítem 39, não foram acolhidas as disposições da letra c, em vista de sua indiscutível duplicidade de texto com a norma contida na letra seguinte (d).

9. Também no artigo 16, ítem 39, as expressões "em caso idêntico", constantes da letra d, foram vetadas, a fim de harmonizar seu texto à circunstância do veto apostado à letra anterior (c).

10. No art. 17, na redação que se pretendia conferir ao § 1.º do art. 57, da Lei 6.364/72, tiveram que ser vetadas as expressões "em seu domicílio tributário por qualquer das formas previstas no inciso 18, do art. 56, servem para a integração de instância em processo de instrução contraditória, incompatível com o rito sumário estabelecido pelas disposições do questionado art. 17.

11. As disposições do art. 20 foram vetadas, em razão do art. 60, da lei n.º 6.364/72, cuja nova redação se pretende, estar sendo expressamente revogado pelo art. 25 do presente Plano de Lei e, se isso não bastasse, pelo fato de que se trata de matéria contida no Convênio n.º 24/75, celebrado pelos Estados com base no art. 10 da Lei Complementar Federal n.º 24, de 7 de janeiro de 1975, que regulamenta o art. 23, § 6.º, da Constituição Federal.

12. Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresnetar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) Jayme Canet Júnior.
Governador do Estado.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, queria requerer a V. Exa. colocasse a matéria em discussão por artigo, desde que se trata de um projeto de difícil entendimento porque refere-se a matérias esparsas.

A própria Comissão de Constituição e Justiça deu seu parecer por artigo, ou por inciso, ou por parágrafo.

É o meu requerimento, a fim de que cada um possa discutir o que mais lhe interessar.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) — Em votação o requerimento verbal do Sr. Deputado Muggiati Filho, no sentido de que a matéria seja discutida e, conseqüentemente, votada por artigos. Em votação. — **Aprovado.**

Em discussão o artigo 6.º do Projeto de Lei n.º 150/75, com parecer da Comissão de constituição e Justiça, pela manutenção do veto. Em votação.

Quem fôr pela manutenção do veto, deverá levantar-se. Mantido o veto rejeitado o referido artigo.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) — Os Srs. Deputados que votam pela manutenção do veto, queiram levantar-se. 11 votaram pela manutenção.

Os que votam pela rejeição do veto, queiram levantar-se.

9 Deputados votaram pela rejeição. Não há quorum.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada dos Srs. Deputados para contestação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio).— A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO.— (Procede a chamada dos Srs. Deputados.)

O SR. PRESIDENTE.— (Gabriel Sampaio) Responderam a chamada 23 Srs. Deputados.

Não há quorum para votação.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 8, quinta-feira, às 14,00 horas, com a mesma Ordem do Dia de hoje; marcando outra, sessão extraordinária para o dia 9, sexta-feira, às 9,30 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/76.

levanta-se a sessão.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 31.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 1976.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer. (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Enéas Faria, Hélio Manfrinato, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra, Nilso Sguarezi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes. (13)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor ANTÔNIO ZAIOS, ocorrido no município de Paulo Frontin.

Pessoa largamente relacionada e estimada comercialmente e industrial, deixa o Senhor Antônio Zaios, uma lacuna difícil de ser preenchida no rol dos homens que, pelo seu trabalho e dedicação para o progresso de Paulo Frontin.

Requer, outrossim, dar-se ciência à família enlutada.
Sala das Sessões, em 07 de abril de 1976.

a) Domício Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, propõe à apreciação do Plenário, a aprovação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Gunther Friedrich Max Busse, ocorrido em 05 do corrente mês e ano.

O extinto próspero e honrado comerciante no município de Santo Antônio do Sudoeste, onde viveu por mais de 30 anos, sempre desfrutou de um grande conceito na região, sendo incontável o seu círculo de amigos e admiradores.

Alemão de nascimento veio para o nosso País na tenra idade.

Cidadão e pai de família exemplar, deixou uma grande pleidade de descendentes.

Requer outrossim, se dê ciência do presente voto à família enlutada na pessoa da Sra. Honorina Busse Locatelli, endereço Clube das Mães — APMI — Santo Antônio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1976.

a) Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, se registre na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao MM. Senhor Juiz de Direito do Forum de Ponta Grossa, Dr. Ronald Crollmann pela sua indicação à lista Tríplice a Instância Superior na Justiça Paranaense, indicação esta meritória pelos bons e relevantes serviços prestados por aquele Magistrado a bem, do progresso e aprimoramento da Justiça do Paraná.

Requer, outrossim, que após a aprovação deste, se dê conhecimento do presente àquela autoridade.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1976.

a) Luiz Carlos Zul.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, amparado pelo Regimento em vigor, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Agricultura, pedido de informações às indagações que se seguem:—

Considerando que o Estado encontra-se às vésperas de uma super-safra de soja, e cujo preço mínimo, considerando estimulante, foi anunciado pelo Ministro da Agricultura em sua mais recente estada no Paraná, fixando-o em Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros) por saca;

Considerando declarações e sugestões do próprio Ministro Allysson Paulinelli, conclamando os produtores à armazenagem, e que se esquivem de “atravessadores” e intermediários;

Considerando conclamação ainda emanada daquela autoridade ministerial, enfatizando junto aos agricultores para que plantem também milho, feijão, arroz e outros produtos agrícolas de rotatividade;

Considerando que logo após essa super-colheita de soja, os agricultores deverão iniciar o plantio de trigo, para o que se aguarda a repetição também de super-safra;

E levando-se em conta que as considerações acima delineadas são motivos também de inquirições já levantadas pelo vereador Antenor Sanches, da bancada arenista na Câmara do Município de Maringá. E considerando-se ser este preclaro edil maringaense, um dos expoentes conhecedores da matéria pautada, notabilizando-se sempre pelos seus aprofundados e

abalizados pronunciamentos; solicito às autoridades acima citadas, informações sobre a capacidade de armazenagem existente no Estado, discriminando-a por regiões produtoras. Respeitosamente indago ainda qual a planificação existente para a implantação de silos e armazéns graneleiros, principalmente os de acesso aos pequenos produtores, Indago finalmente, qual o trabalho que a COPASA e o CIBRAZEM vem efetuando a respeito, ou seja em cumprimento às suas finalidades existenciais.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1976.

a) Valter Pietrângelo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo-assina, valendo-se de prerrogativas regimentais, requer ouvido o Plenário, seja oficiado ao titular da Superintendência Nacional do Abastecimento, solicitando instalação de sub-agência desse órgão na cidade de MARINGÁ.-

Sala das Sessões, 07 de abril de 1976.

a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

Discorrer sobre a potencialidade de MARINGÁ, abordar sua representatividade econômica dentro da esfera nacional, descrever a pujança desse município que agiganta-se a cada minuto, seria permitir-se à incidência na mais pueril dentre as redundâncias.

Desnecessário é, justificar a presente proposição, estribando-nos no conceituamento e na importância que revestem Maringá, como centro de influência da vasta região por esse município polarizada.

Dentro os órgãos governamentais, estatais ou autárquicos sediados em Maringá, a ausência da presença da SUNAB, sobremaneira, se faz sentir. E essa lacuna carece ser anulada, extinta, pois seus efeitos de há muito se fazem presentes, ocasionando e produzindo prejuízos à economia maringaense, obstáculos à solicitação das riquezas de sua gente.

Requeremos portanto, à direção da SUNAB que, a exemplo de iniciativas já implantadas nos municípios de Cascavel e Campo Mourão, instalem, com urgência uma SUB-AGÊNCIA dessa entidade diretamente subordinada ao Ministério da Fazenda, na cidade de Maringá, concorrendo por esta forma, para que as finanças, a economia da gente maringaense seja resguardada e defendida ante os ataques de inescrupulosos alvarados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o envio de expediente a Sua Excelência o Senhor Jayme Canet Júnior, Digníssimo Governador do Estado, apelando ao mesmo para que determine a duplicação da Rodovia do Café, no trecho compreendido entre Ponta-Grossa e Apucarana.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1976.

a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras poderiam ser as razões às quais poderíamos ater-nos para justificar a presente pretensão.

Entretanto, preferimos apegar-nos aos aspectos que consideramos positivos e prioritários para o atingimento do benefício ora pretendido, quais sejam, os diretamente ligados ao problema criado pelo grande fluxo de riquezas produzidas no Estado, e que, servem-se desta rodovia para que sejam distribuídos através do Porto de Paranaguá, para outros centros do país e mesmo do exterior.

Ninguém desconhece, e não pode pretender desconhecer, os inúmeros benefícios que adviriam ao Estado, através da duplicação de parte de nossa mais importante rodovia.

Não temos portanto, a menos dúvida de que nossos nobres Pares desta Casa de Leis, darão o devido acatamento ao presente aprovando-o, e possibilitando ao Senhor Governador do Estado, a oportunidade de deixar marcadamente assinalada sua passagem à frente do Executivo do Estado, através desta importante e necessária realização.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma do Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, seja dirigido ao Senhor Governador do Estado, Senhor Jayme Canet Júnior, o seguinte apelo:

Considerando a estagnação da Baixada-Paranaense, que a uma hora de Curitiba deparamos um estado de coisas condizente há cinquenta anos passados;

que a conjuntura da Baixada descortina aparente paradoxo no doxo no conjunto evolutivo estadual;

que Morretes, Antonina, Guaraqueçaba, Paranaguá, Matinhos e Guaratuba carecem de urgentes recursos materiais;

que não é o sem-tempo a desvinculação Planalto-Litoral, e que o elemento humano vive em foros de carência assistencial - desnutrição, enfermidade e analfabetismo,

apela ao Senhor Governador do Estado, Senhor Jayme Canet Júnior, que, no uso de suas atribuições determine o levantamento imediato das condições sócio-econômicas da Baixada-Paranaense, através de competente comissão de estudiosos.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1976.

a) Paulo Camargo

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 28/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS TRABALHADORES DO CARVÃO", com sede no distrito de Figueira, município de Curiúva, Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1976.

a) Gabriel Manoel.

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão, de Figueira, vem desde o ano de 1971, desenvolvendo e realizando importante trabalho de atendimento às classes menos favorecidas pela sorte, daquela região.

Entidade fundada com caráter assistencial e promocional tem cumprido com a mais absoluta fidelidade com os princípios que nortearam a sua fundação.

É portanto merecedora da declaração de utilidade pública, pois enquadra-se perfeitamente dentro dos preceitos exigidos pela Lei para a obtenção de tal denominação.

PROJETO DE LEI N.º 29/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica elevado de 9 (nove) para 11 (onze), o número de Vereadores da Câmara Municipal de Umuarama.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1976.

a) João Cioni Netto.

JUSTIFICATIVA:

Segundo o parágrafo único do Art. 28 da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 - Lei Orgânica dos Municípios -

o número de Vereadores, em cada Legislatura será alterado, por Lei Estadual, tendo em vista o total de eleitores no município, até 180 dias antes das eleições municipais, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral.

De acordo com a certidão que anexamos ao presente, fornecida por aquele órgão eleitoral, está plenamente justificado o aumento que ora se preconiza. Isto, tendo em vista o aumento populacional expressivo que o município de Umuarama apresentou e vem apresentando nestes últimos anos. Estas são as razões do presente plano de lei que ora propomos a esta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Paulo Camargo) - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, no Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Não poderia deixar passar sem o merecido registro a importância de uma inauguração, ocorrida no setor de energia elétrica, durante o mês de março - como parte do programa que assinalou o primeiro aniversário do Governo Jayme Canet Júnior - pela sua alta significação para a região de Maringá, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Quero referir-me à nova Subestação Transformadora, construída pela COPEL, destinada à ampliação e reforço do sistema elétrico daquela área do Norte do Paraná.

Essa nova unidade transformadora, representando um investimento de quase trinta milhões de cruzeiros, adiciona um acréscimo de potência instalada da ordem de 93.740 kva ao sistema local, ao mesmo tempo em que possibilita o tráfego energético em alta tensão na região.

Como complementação desse novo sistema, a COPEL realizou também investimentos na construção da linha de transmissão Apucarana-Maringá, além de importantes melhorias na rede de distribuição daquela área, o que elevou a aplicação dos recursos a 47,6 milhões de cruzeiros no decorrer do ano de 1965.

Explicando na ocasião o significado técnico da Subestação, já conhecida como Maringá II, o Presidente da COPEL, engenheiro Arturo Andreoli, disse que ela representa a garantia de maior confiabilidade ao sistema, por somar mais uma fonte abastecedora de energia elétrica, no caso, do sistema de São Paulo, através de Assis Xavantes e, principalmente, maior disponibilidade energética para suprimento de dezenas de municípios na direção de Campo Mourão e Cianorte.

Essa garantia será reforçada por outra conexão com o sistema gerador da ELETROSUL, através da Usina de Salto Osório, via Apucarana, em tensão de 230 kv.

A propósito, cabe aqui lembrar que a Hidrelétrica de Salto Osório, também oficialmente inaugurada em março último, embora pertencente à ELETROSUL, que está incumbida de operá-la, teve sua construção administrativa pela COPEL, por delegação daquela subsidiária da ELETROBRÁS, num eloquente reconhecimento da capacidade técnica da empresa paranaense na execução de obras desse gênero.

Com salto Osório, sobe a seis o número de usinas hidrelétricas até aqui construídas pela COPEL, entre as quais se inclui a Usina Capivari-Cachoeira, hoje denominada "Governador Parigot de Souza", em homenagem ao saudoso paranaense, a quem se deve, aliás, a projeção que a COPEL conquistou no panorama energético nacional.

Desse modo, foi possível à empresa paranaense desenvolver uma aprimorada tecnologia no setor, acumulando, conjuntamente com o Centro de Hidráulica da Universidade Federal do Paraná, uma valiosa experiência em empreendimentos de hidreletricidade. Através de convênio firmado entre a Copel e a Universidade, o Centro de Hidráulica já construiu modelos reduzidos não só do projeto de Salto Osório, mas também da Usina

de Itaipu e da Usina de São Simão, esta última em Minas Gerais, o que vale dizer que o Paraná está fornecendo "know how" para os principais projetos nacionais de aproveitamentos hidrelétricos.

Atualmente, a grande obra em construção pela COPEL é a Hidrelétrica de Foz do Areia, cuja capacidade equivale ao dobro da de Salto Osório e que, quando concluída, deverá quintuplicar a atual potência instalada do sistema gerador da empresa.

Embora empenhada em empreendimentos de tamanho porte para elevar a capacidade de geração, nem por isso a empresa se descuidou do suprimento direto ao mercado de todas as regiões do Estado, através do sistema pesado de transmissão de energia elétrica e da incessante ampliação das redes locais de distribuição, para levar os benefícios da eletricidade a todas as camadas da população.

Na mesma ocasião em que inaugurava a Subestação Maringá II, era também inaugurada em Londrina uma segunda unidade transformadora que, a exemplo de Maringá, vai proporcionar o suprimento em alta tensão naquela área do setentrion paranaense.

Essa obra é parte do compromisso assumido pela COPEL, como decorrência da incorporação da Empresa Elétrica de Londrina, de modernizar todo o sistema local que, em trinta anos de funcionamento, sem um adequado remanejamento, estava com suas instalações em péssimo estado, para atender um mercado em incessante expansão. Somente na área de Londrina, a COPEL já aplicou recursos superiores a cem milhões de cruzeiros para que ela possa também receber, como já está recebendo, suprimento adicional em alta tensão semelhante ao de Maringá.

Somente nessas duas áreas, os investimentos realizados em 1975 ascenderam a cento e cinquenta milhões de cruzeiros, em cifra, sem dúvida, considerável para proporcionar a essa parte do Norte do Paraná um serviço a altura de sua importância econômica e social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse esforço de eletrificação do Paraná merece, portanto, ser proclamado, porque é, positivamente, um exemplo da ação construtiva do Governo do Estado do Paraná na abertura de novas perspectivas e oportunidades ao trabalho ordenado e fecundo de seu povo.

Certamente, faltaríamos à nossa missão nesta Casa, como representantes da ARENA, se deixássemos passar em silêncio, sem registro e sem destaque, as realizações do poder público num setor tão decisivo para o Estado, como é o da energia elétrica."

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna, na tarde de hoje, para apresentar o seguinte Requerimento: — (lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura Alysso Paulinelli novamente entre nós, trouxe para o nosso Estado e aos nossos agricultores, prenúncios de boas perspectivas. E sua excelência em momento algum deixou de demonstrar o grande interesse do governo no atendimento às justas aspirações dos agricultores paranaenses. Dotado de grande sensibilidade e através de sua palavra fácil, percorreu lavouras, armazéns e cooperativas, falando a todos com convicção de que o governo continuará intransigente da defesa dos interesses dos homens que manuseiam a terra.

Foi muito claro e seguro quando afirmou que todas as medidas necessárias continuariam sendo tomadas para garantir segurança quanto à produção e comercialização dos produtos agrícolas, mormente agora quando o Paraná está entrando em uma de suas maiores safras de soja.

Solicitou ao agricultor paranaense um plantio de grande vulto para o trigo, que julgou imprescindível para a conquista da grande meta de produção brasileira.

E é em razão disto e a fim de que o Paraná possa melhor corresponder, cobrindo todas suas terras num interminável manto verde é que sugerimos o seguinte:

- Considerando que há evidente escassez de semente de boa qualidade, procedente das firmas que a comercializam;
- Considerando que isso é o resultado dos efeitos da geada do ano passado, que frustou em elevado índice a colheita do trigo.
- Considerando que a maioria dos produtores, conseguiram através de uma colheita difícil e de alto custo, salvar 10 por cento da produção que também poderá servir como semente de boa germinação e procedência;

O Deputado que este subscreve, após ouvido o Plenário e respeitadas as formalidades legais, requer:

Envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Diretor do Banco do Brasil S/A, Walter Peracchi Barcellos, solicitando sejam incluídos na faixa de financiamento, também os triticultores que usaram suas próprias sementes.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1976."

Era este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento que achamos por bem fazê-lo, a fim de que todos os nossos agricultores e triticultores principalmente, possam plantar com segurança o seu trigo. Acredito que a medida que ora propomos, terá um incentivo muito grande e dará, ao Paraná, uma colheita das maiores, de trigo, neste ano. Por isso é que solicitamos a compreensão e colaboração dos nobres Srs. Deputados para que, uma vez aprovado este requerimento, seja o mesmo também enviado, com urgência, dado que o plantio de trigo já está em andamento e um atraso desta natureza poderia trazer maiores prejuízos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomel).— Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, terceiro orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para que tenha a validade da Ordem do Dia, estamos entrando com um requerimento de um voto de congratulações ao Dr. Ronald Groom, Juiz do Foro de Ponta-Grossa, indicado de uma lista tríplice da qual sairá um dos três, à Instância Superior na Justiça paranaense.

Mas o que nos traz, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a rememorar a esta Casa, é aquele discurso do último dia 30, no qual fizemos referências a um companheiro, da Aliança Renovadora Nacional, que tem o seu domicílio eleitoral em nossa cidade, Deputado David Federmann, quando já prevíamos a sua marginalização no que concernia à festa a ser desenvolvida, como o foi, na última semana, no distrito de Guaragi.

Éramos ainda Vereador com mandato no município de Ponta-Grossa, éramos naquela ocasião, representantes do povo de Ponta-Grossa junto à Câmara Municipal daquela cidade; já no início da legislatura de 74, foi o Vereador Romeu Almeida Ribas um dos Vereadores que conseguiu em nossa comarca, uma das maiores votações em termos individuais, em uma só urna, pois fez aquele Vereador, no distrito de Guaragi, 85 por cento da votação que ali se verificou. Votação válida.

Foi eleito Romeu Almeida Ribas, quase que somente com a votação de Guaragi. Este Sr. Vereador é proprietário de uma das maiores fábricas de manilhas, de cerâmica do território nacional e da América do Sul, a CERÂMICA SÃO SEBASTIÃO, que ali tem sua sede, falava já àquela época, este Vereador, da necessidade da eletrificação rural daquele distrito.

Aquele Vereador em companhia do ilustre Deputado David Federmann, em companhia deste Deputado que vos fala, por diversas ocasiões, em contacto com Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná, em contacto com o Sr. Diretor

da COPEL, em contacto com o Sr. Secretário da Educação deste Estado, fez mais de uma dezena de viagens, largando muitas vezes os seus afazeres e comparecendo à alta esfera administrativa deste Estado, tentando levar a eletrificação rural ao distrito de Guaragi, e, ainda, junto ao Sr. Secretário da Educação e da Cultura, fazendo com que fosse estendida a 5.ª série do 1.º grau, no grupo lá sediado, Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha Neto.

Após todo este trabalho que Ponta-Grossa, os seus municípios e mais particularmente as pessoas que residem em Guaragi, testemunharam o trabalho de David Federmann, o trabalho de Romeu Almeida Ribas. E quando já prevíamos daquilo que iria acontecer, daquilo que iria se desenvolver na inauguração desta 5.ª série como também da eletrificação rural, lá foi constatada e agora inserida em um órgão de divulgação da nossa cidade, mais particularmente, o "Diário dos Campos", que compareceram as altas autoridades representativas da cidade, falando através da palavra do Prefeito, o Presidente da ARENA e de um Senhor Vereador da ARENA, de que a extensão do Ensino de 1.º Grau no distrito de Guaragi, bem como, a construção do Centro Social e a eletrificação do Distrito, são trabalhos exclusivamente de homens da ARENA, de vez que a construção do Centro Social, é obra da Prefeitura de Ponta-Grossa; a eletrificação em fase final de construção, teve a participação financeira da Prefeitura Municipal, e o funcionamento da 5.ª série, só se tornou realidade, graças ao empenho do Prefeito Amadeu Puppi da ARENA, tendo em vista que o pagamento dos professores correrá por conta dos cofres municipais.

O que eu trago a esta Casa como sempre trouxe, é de que os fatos são comprovados através de ocorrências verificadas, não poderíamos de maneira alguma nos calarmos, no que querem fazer, ao ilustre Deputado da ARENA da minha cidade, Deputado David Federmann, e o que tentam fazer com o nosso companheiro, Vereador Romeu Almeida Ribas.

Fica registrado nos Anais desta Casa, fica registrado através do "Diário da Assembléia", de que aqui foi rememorado aquelas poucas pessoas, aquelas pessoas que não têm o discernimento de uma política sadia, de que a contribuição foi da comunidade de Ponta Grossa, que por política, pode omitir o nome deste Deputado que aqui está falando. Mas, por decência, não poderíamos de maneira alguma deixar de referendar o nome de David Federmann e o nome de Romeu Almeida Ribas.

Era o que tínhamos hoje a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomel) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente; Douta Mesa Diretiva; Srs. Deputados.

Estamos, neste instante, ocupando mais uma vez a tribuna desta Casa do povo, para falarmos de um homem da equipe do Governo Jayme Canet Júnior. Este homem, responsável pelo complexo SANEPAR do Paraná, o seu ilustre Diretor Presidente, Dr. Cláudio Araújo, e nós tivemos a satisfação, de hoje acompanhar uma Comissão de Curiuva e de Figueira, representada pelo Sr. Vereador, Sr. Francisco Narciso, queremos apenas registrar de passagem como este homem vem conduzindo aquele Departamento, que é o departamento sustentáculo do problema de água e esgotos de nossa querida terra.

Queremos, neste instante, nos parabenizar com o Sr. Secretário do Interior e com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, pela escolha acertada do Dr. Cláudio Araújo. Este homem, que no anonimato vem trabalhando para acertar todos os municípios do Paraná, dando aquele líquido precioso, aquele povo que dele necessita. E não poderíamos deixar de exaltar um homem da têmpera de Cláudio Araújo que, para honra nossa, pertence à região também do Norte Pioneiro. Dr. Cláudio, um homem humilde, dinâmico, está dinamizando este setor. E queremos deixar registrado nos Anais da

Casa, no "Diário da Assembléia" para que todo o Paraná saiba que Jayme Canet Jr., tem à testa da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - um homem à altura de representar, de agilizar, de dinamizar o problema do abastecimento de água.

Queria frisar os municípios de Curiuva, Figueira e Joaquim Távora. Neste último muitas vezes, em virtude de chuvas torrenciais e por defeito técnico as bombas falham, ficando a população sem água por dois ou três dias.

Levei ao conhecimento do Dr. Cláudio Araújo que imediatamente destacou uma equipe de técnicos para irem a Joaquim Távora procurar os defeitos e saná-los.

Por isso, Sr. Presidente, é que aqui viemos humildemente fazer referências a um homem que, no anonimato, está trabalhando pelo Paraná, procurando conduzir o Estado pela sua grande trajetória.

Parabéns a S. Exa. o Governador Jayme Canet Jr., parabéns a S. Exa. o Secretário do Interior por contarem com mais esta pedra no tabuleiro de sua equipe, o Dr. Cláudio Araújo, que trabalha diuturnamente procurando dar ao Paraná e a todos os municípios, por menores que sejam, aquele precioso líquido de que nosso povo tanto necessita.

Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Sr. Governador do Estado, por nos terem dado um homem do gabarito do Diretor da SANEPAR, Dr. Cláudio Araújo. (Sem revisão do orador). O SR. PRESIDENTE (Leopoldo Jacomel) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lúcio Machado. O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No passado não pertenci ao PSD; pertenci ao PTB como homem público e como participante da atividade política daquela época.

Entretanto, devo esclarecer que não sou saudosista e, analisando os acontecimentos dos últimos dias, ocupo hoje a tribuna, no Grande Expediente, para retrospectar a coluna do Castelo, inserida na "Gazeta do Povo" do dia 5 do corrente.

(Lendo): "Como disse certa vez o falecido Senador Filinto Müller em carta ao seu sobrinho Gastão, "a revolução foi feita contra nós, do PSD". E novamente o magnífico espírito de sobrevivência pessedista, que permanece intacto no núcleo do MDB, terá de tomar uma posição ao seu estilo para preservar bem ou mal os salvados desse imenso naufrágio que ameaçou afogar toda a estrutura partidária dos oposicionistas brasileiros, com prejuízos muito graves para o desenvolvimento do projeto democrático da Nação.

Estae talvez a milésima vez que o velho PSD sai de um tumulto onde paradoxalmente nunca esteve para contornar situações de extrema dificuldade criadas pela periferia do MDB, onde se localizam, por exemplo, os autênticos, muitos dos quais até em função da evidente juventude não desfrutaram do prazer de receber as lições daquela maravilhosa escola política que até hoje derrama suavemente a sua sabedoria sobre as cabeças imprudentes.

A imprudência, aliás, tem sido a principal característica do minoritário mas atuante grupo autêntico do MDB, que por impaciência ou outro demérito político qualquer tenta levar com os ombros algo extremamente quebradiço - como a democracia brasileira nesta altura dos acontecimentos - quando o indicado seria deixar as coisas como estão para ver como é que ficam, já que fatalmente algo terá de mudar, independentemente da sofreguidão de uns poucos antepondo-se ao interesse da maioria e até espirituosa.

Não se pode adivinhar os termos da nota que o Diretório Nacional do MDB dará a conhecer amanhã, mas pela presença no órgão de certas figuras dignas."

Foram termos de pacificação, termos de segurança e de respeito aos objetivos do regime. Termos de consideração a fatos que podem e devem ser considerados. Termos de procedimento condigno ao regime atual. Termos que objetivaram, efetivamente, a consistência mais nova do Partido da Oposição

"Assim é que, mais uma vez, os pessedistas sairão em socorro dos seus novos companheiros, cuja inexperiência, alimentada por um certo cinismo arenista, tende sempre a criar situações de dificuldade num ambiente por si só difícil, pois ainda vivemos numa sociedade política, social e econômica na qual o ponto de equilíbrio é algo extremamente frágil. Só a habilidade política pessedista é capaz de exercitar aquele equilíbrio salvador, que se manifesta toda vez que se tem de tatear num quarto escuro, à procura de um gato preto que não está e nem nunca esteve lá.

O PSD sempre encontra o gato inverossímil e o exhibe aos incrédulos, no caso os autênticos do MDB, que não costumam dobrar-se totalmente a essas evidências, mas são levados pela sua própria perplexidade a uma tênue reflexão, momentaneamente salvadora, pois enquanto se pensa não se age. Pior é agir sem pensar, como os que carregam a própria cabeça numa bandeja.

O Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Sr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, que não é tão bom de voto quanto o é na formulação de frases de efeito, acaba de afirmar que o MDB foi procurado pelos subversivos, enquanto os corruptos se alinharam na Arena".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se não condeno, não defendo os atos de cassações ocorridas sem o legítimo direito de defesa, entretanto, devo sustentar que se vivemos em regime de transição política, não podemos de forma alguma contestar um regime que se estabeleceu sob a justificativa de que o País tinha que tomar novos rumos; quando em 1946, o Congresso Nacional iniciava os trabalhos preparativos da nova legislatura, a sétima do calendário parlamentar brasileiro, afirmava-se que havíamos saído de um período discricionário, para reencontrar com a vocação democrática.

Agora, o Congresso deve assomar que, na vida pública nacional, investido das esperanças que são tanto do Parlamento quanto do próprio povo, como deve ser também do Poder Executivo, é ele um Colégio eminentemente político e jamais poderia pedir que renunciasse a essa característica, que, no contexto institucional, é inalienável a esta sistemática. Apenas o desempenho desta missão política, cabe ao Parlamento de hoje, pois ele representa uma fase de transição de nossa Sociedade; nem a ARENA, nem MDB, quando do Parlamento têm direitos ou condições de acusar um ao outro, porque, na realidade, o Secretário da Educação de São Paulo, está mais do que certo, quando afirma que, a OPOSIÇÃO TEM SIDO PROCURADA PELOS SUBVERSIVOS, ENQUANTO OS CORRUPITOS SE ANINHAM NA ARENA — e o difícil, SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS, é, SEPARAR O TRIGO DO JOIO, no meu Partido têm aparecido repentinamente os que se apresentam como INTELECTUAIS POLÍTICOS que desde cedo passam a ser qualificados de extremistas; e se isto acontece, muitas vezes é porque o próprio povo não quer a contestação, não quer o excesso, não quer a violência, o povo quer sim, a equidade, a justiça e o delineamento do caminho certo pelo qual deverá ser destinado as veredas da resolução dos problemas que tanto afligem a maioria da gente brasileira.

Não sou pessedista, como não sou saudosista, porém, vejo que tinha razões de sobra o velho integrante do PSD, falecido Senador FELINTO MULLER, ao afirmar, que a imprudência tem sido a principal característica, que por impaciência, ou outro demérito político qualquer, tentam levar com os ombros, aquilo que pelo menos por enquanto não tem condições e que pode se quebrar facilmente. O certo mesmo, é deixar segundo a sua afirmativa: AS COISAS COMO ESTÃO PARA VER COMO É QUE FICAM. Nós sabemos que, um dia, cedo ou tarde, as coisas hão de mudar, porque então haveremos de nos digladiarmos em interesses absurdos de aproveitamentos pessoais, como o que ontem ocorreu neste Parlamento, chegando às vias de fato ilustres Deputados de ambas as bancadas, pelo simples e pouco

honrado prazer de se destacarem perante a opinião do regime.

Se na ARENA existem aproveitadores da situação do para praticarem corrupção, ninguém pode duvidar, que nas hostes de nosso Partido não existem políticos medíocres metidos a mandantes e intelectuais, e até aproveitadores do acontecimento atual da transição democrática, que corrompem os verdadeiros sentidos do MDB. Os acontecimentos de ontem, neste Parlamento, vieram sob todas as formas, mais uma vez, denegrir as finalidades desta Casa Legislativa, acho que na fase política em que vivemos, a Nação exige que, a política seja adotada com pragmatismo, e isso vale dizer, isenta de deformações ideológicas, pois só assim poderá o Parlamento se transformar em instrumento não só de fiscalização aos atos, execuções e proposições do Executivo, como também no âmbito das competências legisferantes. Precisamos entender, que os ataques pessoais, não passam de discussões pessoais, e que acima de tudo, esses expedientes, além de desmoralizantes, são magistralmente prejudiciais aos interesses comuns do povo paranaense e brasileiro.

Não gostei da atitude tomada pelo meu Partido, contra o Deputado José Domingos Scarpelini, embora o mesmo, tomado por uma leviandade movida pela influência prematura, contrariasse dispositivos Estatutários do MDB. Mas, entendendo que, a nossa opinião é frontalmente contra os atos cassatórios, a direção regional cometeu o grande pecado, em alardear ao Paraná e ao Brasil aquela fatídica tomada de posição; a advertência pública, seria a meu ver a ação purgatória da imaturidade momentânea do ilustre e inteligente Deputado Scarpelini.

Assim, como sou de público, contra os atos cassatórios de mandatos de qualquer natureza, porque entendo que, o cidadão investido na vida pública com cargos eletivos, o seu mandato pertence exclusivamente ao povo, logo, esse mandato, só poderia ser cassado através de um processo regular em área de competência, fosse ela qual fosse, sem tirar do acusado o legítimo direito de defesa.

Com a permissão e o mais elevado respeito, aos Senhores Deputados das duas BANCADAS, me permito analisar os acontecimentos de ontem, que, acima de tudo, como já disse, denegriu o retrato deste Parlamento, daqui observamos a falta de maturidade política do nobre Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, o aproveitamento raposeado do ilustre Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, a falta de fleuma do inteligente e jovem parlamentar LUIZ CARLOS ZUK, e a consequente revolta do ilustre Líder do Governo, Deputado IVO THOMAZONI.

Tudo isso, em nada colaborou para qualquer fato que pudesse estabelecer qualquer mudança no sistema, apenas, quase estabeleceu fatos que poderiam eclodir com acontecimentos imprevistos e irremediáveis.

Aprendi, através dos tropeços constantes de minhas caminhadas de muitos anos de vida pública sofrida, que, diverge — se as bandeiras políticas em suas filosóficas, porém, os homens públicos portadores de cargos eletivos, pertençam a que partido pertencer, devem e têm que ter um só objetivo, de cumprir com o seu dever para com o povo; e só cumpriremos o nosso dever com o povo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estabelecendo harmonia neste Parlamento, evitando o ímpeto de pretender se destacar, desmoralizando um ao outro; agindo com respeito e com dignidade, é contrariando ou acatando com decência à idéia ou sentimento de cada um, que haveremos de mostrar ao povo e à própria Revolução que não é de Partido e sim de segurança, que estaremos preparados para o retorno ao plano alto da liberdade e ao campo amplo da Democracia.

Tenho certeza, os acontecimentos de ontem não haverão de fazer de conta que o episódio foi um triste sonho que haverá de ser esquecido ao virar do travesseiro; que, os quatro dêem as mãos nesta oportunidade, para formar uma ciranda de reconciliação, prometendo-se mutuamente a perdoarem para serem sempre perdoados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, havia me inscrito no Grande Expediente de hoje para tratar de assunto relacionado ao Governo do Estado, de assuntos relativos à minha região, o Norte Pioneiro do Paraná.

Entretanto, mudando o objetivo que me levou a me inscrever para o Grande Expediente, pensei que deveria, e assim procedi, encaminhar esta mensagem a todos os meus Pares deste Parlamento, do meu Partido e do Partido do Governo, a fim de que receba de todos eles a segurança de que aqui nesta Casa Legislativa do Paraná, jamais se verificarão fatos como o de ontem que encheu, engordou e satisfez todos os jornais de Curitiba, levando-o como matéria de primeira página, numa prova das mais altas de querer denegrir este Parlamento, esta Casa de Representação do povo.

Esperamos, desta feita, que cada um de nós, que temos as mesmas responsabilidades para com o povo, procuremos agir com respeito, dignidade, e acima de tudo, com o decoro necessário para que o nosso povo sinta que o estamos representando, com a dignidade que realmente ele merece".

Era isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso, para o Grande Expediente.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já me referi desta tribuna, por mais de uma vez, a respeito do fenômeno que atinge o Noroeste do Paraná, que é um mal terrível, o da erosão provocada pelas enchurradas, pelas águas das chuvas, Mas eu não poderia também permitir-me não fazer referência, nesta oportunidade, quando um documento da mais alta importância e relevância econômica para o Paraná, fora assinado, segunda-feira, no Palácio do Governo, pelo representante do Governo Federal, pelo Sr. Diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, juntamente com o Sr. Governador do Estado, do Sr. Secretário do Interior, Noel Lobo Guimarães.

Quando em 1974, o Paraná assinava um termo de criação de naquinismo de combate e controle à erosão no Norte e Noroeste do Paraná, cujo documento se denominava Projeto Noroeste e dizia, no documento, que o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e Secretaria de Planejamento, com a da área federal - DNOS e a SUDESUL, fariam e assinariam documento em ocasião futura, estabelecendo normas de combate à erosão, bem como destinando recursos necessários. Falava-se da gravidade do problema — para nós que particularmente conhecemos a gravidade do assunto e sabendo também que a erosão tem sido combatida no Paraná, e abro aqui um parêntesis para dizer que é o único Estado que vem combatendo de fato este grande mal. Mas o Departamento de Obras Especiais, da anterior Secretaria de Viação e Obras, em convênio com os municípios paranaenses, vinham dando atendimento — embora precário — possível dentro dos recursos do município do Estado, evitando assim, que muitas cidades do Noroeste do Paraná e do Norte do Paraná fossem tragadas pela violência das vossorocas provocadas pelas enchurradas de águas das chuvas.

Posteriormente, a criação do Projeto Noroeste, tomei conhecimento através da Secretaria de Planejamento, que aquela Secretaria havia encaminhado por solicitação do Sr. Governador do Estado, ao Ministério do Interior, documento em que fazia constar a possibilidade da aplicação de recursos por parte do Estado e dos municípios, e solicitava a título de "fundo perdido", 900 milhões de cruzeiros da área federal.

E quase para surpresa nossa porque a importância é vultosa, e quer me parecer também, ser a primeira vez, que o Ministério do Interior, atendendo a projetos que foram apresentados, de combate à erosão no Brasil, destinou 720 milhões de cruzeiros a "fundo perdido" quer dizer, dinheiro que o Paraná está recebendo, para serem aplicados nos municípios paranaen-

ses. Recursos esses, que nem o Estado, nem os municípios haverão de devolver à União.

E a participação do Estado também se faz presente no documento, da mesma forma que não se poderia deixar de incluir os municípios da participação no combate, do controle à erosão.

Mas agora, acontecidas essas solenidades a que me referi, documentos encaminhados, presenças aqui no Paraná da SUDESUL e do Ministério do Interior, vêm agora, conforme a programação apresentada pela Secretaria de Planejamento e Secretaria do Interior em 75, vem o Ministério do Interior assinar este documento, em data de cinco próximo passado, e para que os Srs. Deputados tenham melhor entendimento à importância do acontecimento, eu me permito ler poucas cláusulas do convênio que em síntese, diz da liberação da primeira parcela, que é de cem milhões de cruzeiros. (Lê a cláusula 3ª):

"O programa compreende a execução de um conjunto de obras de controle da erosão do solo urbano no Noroeste do Paraná, de que trata a EM-018/75, de 20 de agosto de 1975, do Conselho de Desenvolvimento Econômico nos municípios indicados na aludida Exposição de Motivos.

(Cláusula 6ª): "O custo estimado dos projetos e obras integrantes do PROGRAMA, a preços de agosto de 75, conforme indicado na EM-018/75, é de Cr\$ 1.694 milhões, cabendo ao DNOS participar com Cr\$ 720 milhões, o Estado com Cr\$... 400 milhões e as municipalidades beneficiadas com Cr\$... 574 milhões."

Estas importâncias, foram com as assinaturas e documentos, liberadas à primeira parcela, que é de cem milhões de cruzeiros.

Em 77, deverão ser liberados mais 310 milhões, em 78, 270 milhões, em 79, mais 200 milhões.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o registro que este Deputado faz, é para congratular-se com S. Exa. o Sr. Governador do Estado, parabenizar-me com S. Exa. o Sr. Secretário do Interior, e não podia deixar de referir-me ao trabalho exaustivo e inteligente desenvolvido pelo Secretário de Planejamento, porque se não fossem os trabalhos estatísticos, principalmente, apresentados, por aquela Secretaria de Planejamento ao Ministério do Interior, possivelmente o Estado não teria se habilitado a esta vultosa importância a que me referi.

Na oportunidade da assinatura daquele documento, Sr. Presidente, dentre outras personalidades presentes, encontrava-se o Sr. Benedito Pinto Dias, Prefeito Municipal de Paranavaí e ele que é Presidente da Associação dos Prefeitos do Estado do Paraná, soube, com o conhecimento e a vivência que tem do problema, falar da satisfação e da alegria dos Srs. Prefeitos Municipais em tomarem conhecimento e assistirem àquele ato, que marcava efetivamente o início do fim da erosão no Estado do Paraná.

Os municípios como Paranavaí, Nova Esperança, Nova Londrina, Mandaguaçu, Cianorte, Umuarama, Paranacity, Alto Paraná e tantos outros integrantes da região de Arenito do Caiuá e que sofrem o mal da erosão, haverão, através da ajuda que haverão de receber da Secretaria do Interior, de contar com capacidade econômica para atender esses serviços que vêm exigindo atendimento há alguns anos, e que lamentavelmente só agora o Estado e a União encontram solução juntamente com os municípios para darem fim a este mal.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento). — Inicialmente, quero cumprimentar V. Exa. pela oportunidade do pronunciamento que faz e pela importância do assunto que aborda, com o conhecimento que lhe é peculiar.

Quero também enaltecer o trabalho do Governo do Estado e da União em combater de forma agora objetiva, com recursos consideráveis, a erosão, principalmente na região Noroeste do Estado.

Corroborando com V. Exa. afirma, quero significar o espírito dinâmico do Sr. Jayme Canet Junior, não só no setor de combate à erosão em que nos exercícios de 76 a 79 serão aplicados cerca de um bilhão de cruzeiros novos, mas também no setor de planejamento do Governo do Estado, mais especificamente a Secretaria de Planejamento, entregue às mãos do eminente Secretário Belmiro Valverde e também no setor da Agricultura em que pela primeira vez o Governo do Estado soube gerenciar junto ao Governo Federal e, neste setor, os números são alentadores para o Paraná porque para cada cruzeiro do Estado aplicado nestes setores, estamos recebendo, como contra-partida, um cruzeiro e vinte centavos do Governo Federal.

Isto significa que estamos, atualmente, com um Governador em perfeita e total consonância com o Governo Federal, buscando recursos através de projetos sérios, bem elaborados e que têm possibilitado carrear, ao Estado do Paraná, estas significativas somas de dinheiro que permitirão ao Estado, o desenvolvimento de obras que, por si só, já falam e já nos abrem uma perspectiva de um futuro melhor.

Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento que faz. E gostaria que V. Exa. considerasse esse pronunciamento, pela validade e objetividade, como se fora feito em nome da bancada da ARENA.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Agradeço as palavras bondosas do aparte de V. Exa., que, aliás, não nos causaram nenhuma surpresa, porque sabemos que V. Exa. conhece perfeitamente todos os setores, todas as áreas — principalmente as minoritárias — que estão merecendo a atenção do Governo do Estado.

Da mesma forma, V. Exa. mostra-se satisfeito por participar, mais do que nós, do Governo, porque, além de correligionário, é nosso líder. Eu também sou somado de entusiasmo, de alguns meses para cá, quando temos na governança do Estado um homem como Jayme Canet.

Permita-me fugir um pouco do assunto que me traz à tribuna nesta tarde, mas devo dizer que, diariamente, assistimos, e o Paraná assiste com alegria, fatos como esse. O Paraná está sendo atendido em todas as áreas prioritárias: na Educação, na Saúde, na Agricultura, em estradas. Porque, todos sabemos, a grande quilometragem de estradas que estão sendo contratadas, e dos editais de chamamento de convocação de firmas empreiteiras, para pavimentação de estradas.

Na Secretaria de Agricultura, é com grande satisfação que vemos os problemas daquela Secretaria sendo atendidos.

O Governo do Estado, nobre Deputado Ivo Thomazoni, está presente em todos os setores, para grande alegria de todos nós.

O SR. LÁZARO DUMONT — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, é com grande satisfação que ouvimos o pronunciamento de V. Exa. na tarde de hoje, principalmente porque traz um assunto de grande importância, de grande valia para o Estado do Paraná.

Congratulo-me mais uma vez, com V. Exa. pela justiça que está fazendo ao que se realiza, hoje, neste Estado, no setor da Agricultura.

Gostaria de dizer, neste aparte, que presenciamos na semana passada, juntamente com o Sr. Governador do Estado e com o Sr. Secretário da Agricultura, a entrega de cinco grandes graneleiros, aos lavradores do Paraná, na região de Rolândia, Apucarana, Maringá, Ibaeté, onde nós pudemos sentir não só o entusiasmo das autoridades em poder entregar esses graneleiros à população agrícola dessa região do Paraná, mas principalmente aos lavradores que compareceram em massa à convocação de sua cooperativa para prestigiar esse ato dos governos federal e estadual, demonstrando que o povo de nosso Estado realmente estava carente deste benefício.

Nesta oportunidade, o Sr. Ministro de Agricultura, já desmanchando futuros boatos, deu uma tranquilidade aos produtores de soja do Estado, quanto ao preço garantido, preço do soja, do milho, do arroz.

Aproveitando o aparte que V. Exa. me concedeu, queria congratular-me pelo problema levantado desta tribuna no dia de hoje, problema de combate à erosão em nosso Estado. Sinceramente o Governo do Estado, juntamente com o Governo Federal, vai resolver um dos problemas mais graves que vêm se alastrando há dezenas de anos em nosso Estado, pois é com grande pesar que passamos hoje pelo interior do Estado e vemos alguns riachos e rios da região Norte do Estado, com suas águas turvas, porque a erosão vive constantemente despejando nesses rios a fertilidade do solo paranaense.

Portanto, nobre colega, meus parabéns a V. Exa. e realmente fico satisfeito em poder, juntamente com V. Exa., verificar o prestigiamento que nosso Estado está tendo, no setor rodoviário, no setor agrícola, enfim, em quase todos os setores de maior importância para nosso Estado.

Meus parabéns.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Agradeço ao Deputado Lázaro

Dumont, que representa nesta Casa, com dignidade, brilhantismo e conhecimento, a área rural de nosso Estado, que é a maior de todas. Mas, me reportando à importância do documento, e do acontecimento, Srs. Deputados, devo dizer ainda e registrar, que o Governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento e de Indústria e Comércio, e também do Ministério do Interior, também resultante de trabalho de projeto e reivindicação do Paraná, há alguns anos, estamos também para ver concretizada em nosso Estado a instalação de três usinas açucareiras na região arenita de Caiuá, Paranavaí, Nova Londrina e Umuarama. Nesta região, entenderam os técnicos do Ministério da Agricultura e Secretaria da Agricultura, que uma das formas mais eficazes de combate à erosão rural, era o plantio de cana de açúcar. Se de um lado o Governo da União e dos Estados se preocupam em apresentar soluções à erosão urbana, paralelamente também se preocupam e também apresentam soluções para a erosão rural, que é mais séria e mais problemática.

Daí, Sr. Presidente, devo dizer de nossa alegria em fazer o registro do acontecimento, que é de justiça, acima de tudo. O SR. JOÃO CIONI NETO — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Mais um dia de alegria passamos, quando por ocasião da assinatura do convênio entre Governo Federal e Governo do Estado. Posteriormente, nobre Deputado, V. Exa. falava há pouco em erosão. Admiro-me muito com a coragem do Sr. Governador e o entusiasmo do mesmo quando, terminada a cerimônia, pediu para que os Prefeitos da região atingida ficassem no Gabinete, porque queria bater um papo bem íntimo, como disse ele, um papo de pé de orelha.

Disse ele aos Srs. Prefeitos: Não queremos mais burocracia. Chega. Basta. Precisamos agora de ação e vamos oferecer meios aos Srs. Prefeitos. Queremos o entusiasmo, queremos a ação dos Srs. Queremos acompanhar os projetos, mas projetos que, realmente, andem.

Fazemos, com o nobre Deputado Basílio Zanusso, parte do Arenito Caiuá. O nosso município, Umuarama, é um dos Municípios atingidos por este grande mal. Ficamos, portanto, imensamente satisfeitos com a medida governamental de chamar nosso Prefeito, assim como os demais, cujos municípios tenham sido atingidos por este mal, em ouvir S. Exa. falar com esta firmeza, com este entusiasmo que lhe é peculiar, dizendo que, dentro de sessenta dias, é para ver e sentir alguma coisa, alguma reação diferente no setor referente a erosão.

É por isto que faço uso da palavra e V. Exa. nos concedeu este aparte que quero agradecer. Desejo compartilhar com sua alegria e com o entusiasmo de S. Exa. o Sr. Governador em

oferecer meios para que aquela bacia do arenito Caiuá possa encontrar logo soluções, aquilo que esperávamos e almejávamos há muito tempo. Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Eu é que agradeço Deputado

João Cioni Neto. Sei que V. Exa. conhece perfeitamente o problema que abordamos nesta oportunidade porque conviveu com o mesmo, uma vez que já foi um dos mais dinâmicos Prefeitos de Umuarama. V. Exa. conhece, combateu a erosão e sabe que é impossível o Município dar combate a este terrível mal às suas próprias expensas. É impossível. Mas, V. Exa. só referiu à recomendação pessoal do Sr. Governador aos prefeitos presentes logo após a cerimônia da assinatura do documento. V. Exa. presenciou ter o Sr. Governador encarecido aos Srs. Prefeitos a maior agilização na execução das obras que tomassem também precauções com visitas que lhe seriam feitas por firmas propondo novos projetos. Pediu, também, o cumprimento dos prazos que foram firmados pela SUSEPAR e Municípios.

Esta preocupação é, igualmente, nossa, porque o Estado está agora, uma política que acho certíssima, convocando os Prefeitos Municipais para participar da execução de obras em que o Estado e Municípios têm interesse. Sempre advoguei que os recursos do Estado, sempre que possível, fossem enviados aos Srs. Prefeitos Municipais para que esses construíssem, em seus municípios, principalmente quando as obras não forem grandes, que não exijam firmas especializadas, principalmente quando os municípios tiverem condições, com técnicos seus, de construir, de executarem estas obras, quaisquer que sejam elas, sempre devem ter, no meu entendimento, convênio Prefeitura e Estado.

Mas, isto, também, não deixa de nos preocupar um pouco.

Estão aí os Prefeitos, firmando convênios com a Secretaria de Saúde, para darem atendimento aos serviços sociais, os de saúde principalmente, distribuição de medicamentos, atendimento médico, à vacinação; está aí a Secretaria dos Transportes, com o Projeto Prosafra, convocando os prefeitos a firmarem convênios, para cascalhamento dos trechos mais difíceis de suas estradas; está aí a FUNDEPAR, órgão da Secretaria de Educação, firmando convênios com prefeitos, para construir prédios escolares e mais especialmente, para ampliações em prédios já existentes; estão os prefeitos assinando convênios com a Secretaria de Segurança, à construção e ampliação dos seus prédios públicos e à manutenção de veículos e outros equipamentos.

Afinal, é o município que está participando, o que eu acho certíssimo, estes convênios com o Estado, em quase todas as realizações existentes destes dois Poderes. Mas também me preocupa, nobre Deputado João Cioni Neto, que, considerando a vultosa importância, 100 milhões do DNOS — Governo Federal — mais a participação do Estado e um pouco dos municípios, certamente esses recursos, essa soma, essa importância irá alcançar aproximadamente 180 milhões de cruzeiros para serem aplicados este ano. E eu não vejo ser muito fácil a aplicação desses recursos na execução de serviços cujos projetos deverão ser rigidamente respeitados, daí a preocupação da morosidade que não pode haver, o serviço terá que ser feito de imediato, o Estado sabe disso. Mas também, e eu digo desta tribuna sem nenhum temor de ferir nenhum dos Srs. Prefeitos que vêm aqui firmar convênios, o Estado precisa, através da SUSEPAR, manter esses serviços fiscalizados, digo quanto à execução dos serviços, não da aplicação correta do dinheiro quanto ao que não temos dúvida, sabemos da idoneidade moral dos Srs. Prefeitos, mas dizemos, da capacidade de execução. Esta preocupação tão somente a trago, para o conhecimento do líder da Bancada do Governo nesta Casa, para que não cheguemos em dezembro perdendo recursos da área federal, deixando, por incapacidade nossa, de recebermos recursos que já nos são destinados. É uma observação que eu não poderia deixar de

fazer desta tribuna para que nós, a exemplo do que já tem acontecido, por culpa nossa, de autoridades nossas, paranaenses, não deixemos de receber maiores recursos da área federal, quando eles já estão em nossas mãos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, por 8 minutos. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, por 8 minutos.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Rapidamente passo por esta tribuna na tarde de hoje, a fim de dar conhecimento a esta Casa de um trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Secretário da Agricultura do nosso Estado, Dr. Paulo Carneiro, em relação à implantação em nosso Estado, do Centro Nacional de Pesquisa Florestal.

Estão vários Estados pleiteando a implantação deste Centro Nacional de Pesquisa Florestal em suas comunas. E o Sr. Secretário de Agricultura, no contato que mantive com S. Exa., nos relatou o trabalho que vem a Secretaria desenvolvendo para a implantação destes serviços em nosso Estado.

Como sabem os Srs. Deputados a EMBRAPA que é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, tem uma base física no município de Colombo onde funcionava a Estação Experimental do Trigo que foi há algum tempo fechado este serviço em nosso Estado.

E nós estamos solicitando nesta oportunidade, posteriormente por requerimento, apoio dos Srs. Deputados, enviando um expediente ao Dr. José Irineu Cabral, Presidente desta Empresa, no sentido de que venha esse Centro, a ser implantado em nosso Estado.

Como disse anteriormente, no nosso vizinho Município de Colombo, tem esta Empresa uma base física de excelente qualidade que poderá, perfeitamente, abrigar este Centro de Pesquisa Florestal Nacional. Estamos na oportunidade enviando um telegrama ao Dr. Irineu Cabral, no sentido de fazer um apelo, para que este Centro venha de ser implantado em nosso Estado. Para dar conhecimento aos Srs. Deputados nesta Casa, vou ler o telegrama, baseia-se no seguinte:

“Solicitamos valioso empenho de V. Exa., no sentido de instalação Centro Nacional de Pesquisa Florestal, seja sediado no nosso Estado do Paraná. Aproveitando base física desta empresa com sede na cidade de Colombo, em nosso Estado”.

Assim, quero nesta oportunidade cumprimentar o Sr. Secretário de Agricultura, Dr. Paulo Carneiro, pelo trabalho que vem desempenhando junto a esta empresa, junto ao Sr. Ministro de Agricultura, para que este Centro venha a ser implantado em nosso Estado.

Posteriormente, talvez na sessão de amanhã, enviaremos um requerimento, e esperamos contar, eu tenho a certeza que podemos contar, com o apoio dos nobres Pares desta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Cioni Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 254/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 344/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Rolândia, objetivando execução de melhorias no prédio do Grupo Escolar do distrito de São Martinho, daquele município. Parecer favorável da CCJ. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. FUAD NACLI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal.

— (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomet). Responderam a chamada nominal 25 Srs. Deputados. Não há quorum para votação.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 01/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 56/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, com o município de Colorado, objetivando construção do prédio destinado a Unidade Sanitária na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 15/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 14/75, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva doar ao município de Curitiba os bens constantes do sistema de sinalização de trânsito da cidade do mesmo nome. Pareceres favoráveis da CCJ e CP. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 02/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 60/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, para execução do projeto de Engenharia da Rodovia BR-153, trecho Ibaiti-Alto do Amparo. Parecer favorável da CCJ. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 172/75, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro, com sede na cidade de Caxias do Sul — Estado do Rio Grande do Sul. Parecer favorável da CCJ. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 23/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 42/76, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar no Quadro Próprio de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado, cargos que especifica e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, CF e CRH, em regime de urgência. — Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 03/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 74/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Engenheiro Beltrão, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secreta-

rias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Engenheiro Beltrão, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1976.

(a) ACCIOLY NETO
Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 74/76

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 16/76, de 27 de janeiro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 07 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Engenheiro Beltrão, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1976.

(a) ACCIOLY NETO
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 290/73, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que estadualiza a estrada que liga Cerro Azul a Sengés, via Vila Varzeão. Pareceres favoráveis da CCJ e COPTC e CONTRÁRIO da CF., com substitutivo. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 290/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica estadualizada a estrada que liga Cerro Azul a Sengés, via Vila de Varzeão.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1973.

(a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

O trecho de estrada compreendido no Art. 1º do presente plano de lei, serve a uma importante região agro-pecuária, cujo desenvolvimento mais acentuado não está se observando em virtude da precariedade da única via de acesso existente, não permitindo o rápido escoamento da produção ali verificada.

Muito contribui aquela região para com os cofres públicos do Estado através de impostos, tornando-se necessário que pelo menos uma parcela dos tributos ali arrecadados retornem ao local de origem por meio de obras públicas, principalmente investidos em uma rodovia que ofereça condições de tráfego rápido e seguro aos moradores ali localizados facilitando o escoamento da produção e promovendo um desenvolvimento em ritmo acelerado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 290/73

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, autorizar o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Cerro Azul a Sengés, via Vila de Varzeão.

2 — Quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional

e considerando o interesse público na aprovação da medida ora submetida a esta Casa, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é favoravelmente à sua Aprovação, na forma do Substitutivo Geral anexo, que melhor atende a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1974.

(a) FABIANO BRAGA CORTES - Presidente

(a) ANTONIO COSTA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO

PROJETO DE LEI Nº 290/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria a estrada que liga os municípios de Cerro Azul a Sengés, via Vila de Varzeão.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

(a) ANTONIO COSTA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 290/73

Objetiva este Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, estadualizar a estrada que liga Cerro Azul a Sengés, via Vila de Varzeão.

Embora justa e louvável a iniciativa, pois beneficiaria esta medida, se concretizada, uma importante região que muito contribui para o desenvolvimento agro-pecuário do nosso Estado, a matéria, lamentavelmente, está vedada pelo texto da nossa Carta Política, de vez que representa aumento da despesa pública, o que é competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições, nosso parecer é pela **rejeição** do plano de lei em tela.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1975.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

(a) GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 290/73

De autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, o presente Projeto de Lei, visa estadualizar a estrada que liga Cerro Azul a Sengés, via Vila de Varzeão.

Sobre a matéria, já se pronunciaram as doudas Comissões de Justiça e de Finanças.

No âmbito desta Comissão, temos a opinar favorável, tendo-se em vista seu teor altamente meritório, já que o mesmo visa atender a uma região que vem progredindo de maneira visível dentro do nosso Estado.

Nestas condições o nosso parecer é pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1975.

(a) ALFREDO GULIN

Presidente

(a) FUAD NACLI - Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 173/75, de autoria do Deputado Deni Schwartz, que declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva, Recreativa, Beneficente Primavera de Enéas Marques — Paraná, com sede na cidade de Enéas Marques. Parecer favorável da CCJ. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 173/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Esportiva, Recreativa, Beneficente Primavera de Enéas Marques — PR.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1975.

(a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima aludida presta, efetivamente, relevantes serviços à comunidade de Enéas Marques. Não visa lucros e nem distribui dividendos, estando, assim, preenchidos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria. Eis por que, apresentamos este plano de lei à consideração dos nobres pares, esperando a sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 173/75

De autoria do nobre Deputado Deni Schwartz, visa o presente projeto de lei, declarar de utilidade pública a Sociedade Esportiva, Recreativa e Beneficente Primavera de Enéas Marques com sede naquele município.

Analisando-se a justificativa apresentada e a documentação que o acompanha, temos que os requisitos essenciais, exigidos pela legislação Estadual e Federal, reguladora da matéria, estão preenchidos.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente

(FABIANO BRAGA CORTES — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Zaios, ocorrido no município de Paulo Frontin. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gunther Friedrich Max Busse, ocorrido no dia 5 do corrente mês. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine estudos visando a duplicação da Rodovia do Café, no trecho compreendido entre Ponta Grossa e Apucarana. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Superintendência Nacional do Abastecimento, visando a instalação de sub-agência do referido órgão na cidade de Maringá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governadores do Estado e Secretário da Agricultura, solicitando informações referente a capacidade de armazenagem existente no Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Juiz de Direito do Fórum de Ponta Grossa, Dr. Ronald Crollmann, pela sua indicação à lista tríplice a Instância Superior na Justiça Paranaense. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do Banco do Brasil S/A., no sentido de que sejam incluídos na faixa de fi-

nanciamento, também os tricultores que usaram suas próprias sementes. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que determine o levantamento imediato das condições sócio-econômicas da Baixada-Paranaense, através de competente comissão de estudiosos. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerra a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 254/75, 01/76, e de Lei número 15/75.

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 02/75 e de Lei nº 172/75.

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução número 03/76 e de Lei números 290/73 e 173/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 23/76.

Marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 9, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 23/75, 177/75, 205/75, e de Lei nºs 146/75 e 157/75.

Levanta-se a sessão.

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 01/76

DATA: 19 de Março de 1976.

SÚMULA: Aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e a Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar José Eugênio de Carvalho, na sede do referido município. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Salto do Itararé, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar José Eugênio de Carvalho, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 19/03/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 02/76

DATA: 26 de março de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, e as Prefeituras Municipais que especifica, objetivando construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública, Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Públicas, e as Prefeituras Municipais de Altônia, Indianópolis, Ivaiporã, Jaboti, Loanda, Mandaguçu, Madianeira, Mirador, Querência do Norte, Santo Antonio do Caiuá, e Sengés, objetivando a construção de prédios destinados as Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos

municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 26/03/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 03/76

DATA: 02 de Abril de 1976.

SÚMULA: Aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Arapoti, Barra do Jacaré, Chopinzinho, Jandaia do Sul, Leópolis, Marilândia do Sul, São Jerônimo da Serra e Tapejara, com as finalidades que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Arapoti, Barra do Jacaré, Chopinzinho, Jandaia do Sul, Leópolis, Marilândia do Sul, São Jerônimo da Serra e Tapejara, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 02/04/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

RESOLUÇÃO Nº 04/76

DATA: 02 de abril de 1976

SÚMULA: Aprova os Termos dos Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Assis Chateaubriand e Dois Vizinhos, objetivando construções de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos municípios.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º — Ficam aprovados os termos de Convênios firmados em data de 10 de julho de 1974, entre o Governo do Estado através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Assis Chateaubriand e Dois Vizinhos objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas, nos referidos municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 02/04/76.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

PORTARIA

PORTARIA Nº 116/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1243/76, de 24 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a WALDEMAR RODA, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL “23”, matrícula 303, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 4 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral